

- LXXI-

**PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024):
DESAFIOS PARA O ALCANCE DAS METAS 1 E 3 NA
POLÍTICA DE ATENDIMENTO: O QUE DIZEM
ESTUDANTES E PROFESSORES.**

Elaine Suane Florêncio dos Santos
Universidade Federal de Pernambuco – Brasil.
elainesuane@hotmail.com

Danyella Jakelyne Lucas Gomes
Universidade Federal de Pernambuco – Brasil.
danyellagomespe@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere no campo das pesquisas sobre Política, Planejamento e Gestão Educacional acerca da temática sobre as políticas públicas para a Educação Básica, no âmbito das etapas da Educação Infantil e do Ensino Médio, a partir do estudo das metas 1 e 3 do Plano Nacional da Educação – PNE (2014-2024).

A pesquisa delimita-se pelo viés qualitativo na perspectiva adotada por Triviños (2006), considerando que esta não se sustenta apenas na informação estatística, uma vez que ela tem uma objetividade e uma validade conceitual que colaboram para o desenvolvimento do pensar cientificamente. Trata-se de um estudo desenvolvido a partir de dados coletados, por meio de questionário, durante a realização de um minicurso que discutiu a temática da responsabilização e do papel do Estado para a implementação do Plano.

De maneira especial, buscamos identificar concepções dos cursistas acerca do PNE (2014-2024) que se constitui enquanto diretriz que subjaz as ações para implementação e alcance das metas e das estratégias relacionadas à universalização das etapas da Educação Básica após quatro anos de vigência do referido documento.

Os sujeitos da pesquisa foram 14 participantes do minicurso, entre professores da educação básica das redes municipais e estaduais, bem como alunos de graduação e de pós-graduação, e estão identificados como “cursistas”, recebendo a codificação que vai de “C1” a “C14”.

Para análise dos dados utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo que é caracterizada como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 38). Desse modo, após a aplicação dos questionários, os dados foram categorizados de forma a contribuir com a leitura ao longo da análise. Para tanto, nos limitamos no presente trabalho a análise acerca do conhecimento do PNE e das metas.

Os resultados serão discutidos no tópico seguinte e, por fim, apresentaremos as considerações finais.

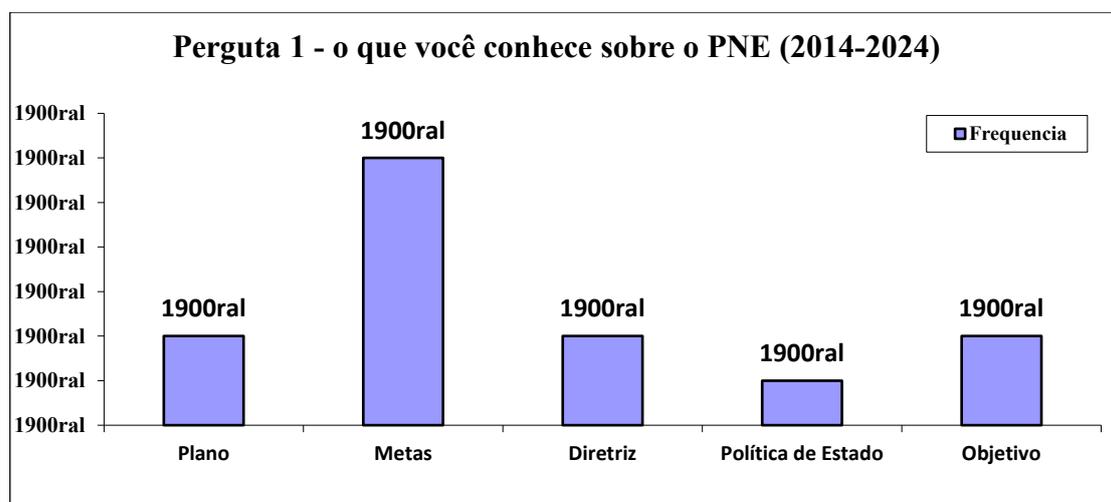
ANALISE/DISCUSSÕES

A discussão em torno da temática do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), vigente por meio da Lei Federal nº 13.005/2014, estabelecido como um conjunto de metas e de estratégias norteadoras das políticas públicas voltadas para a educação no país tem ganhado centralidade nos espaços acadêmicos, sobretudo, após as mudanças ocorridas no cenário político e econômico ocorrido a partir de 2016, no que diz respeito aos desafios que se apresentam para a sua concretização.

Segundo Bauer e Severino (2015), a elaboração do atual plano se organiza a partir dos princípios fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988 para a educação no país “(a) a erradicação do analfabetismo; (b) a universalização do atendimento escolar; (c) a melhoria da qualidade do ensino; (d) a formação para o trabalho; e (e) a promoção humana, científica e tecnológica do país” (p. 12). Tais princípios são balizadores das metas e estratégias a serem perseguidas e que compõem o planejamento educacional para essa década, inclusive para os estados e os municípios, uma vez que tais entes tem a obrigatoriedade de elaborarem e implementarem os seus próprios planos.

Nesse sentido, perguntamos aos cursistas o que eles conheciam sobre o Plano Nacional de Educação.

Gráfico 01



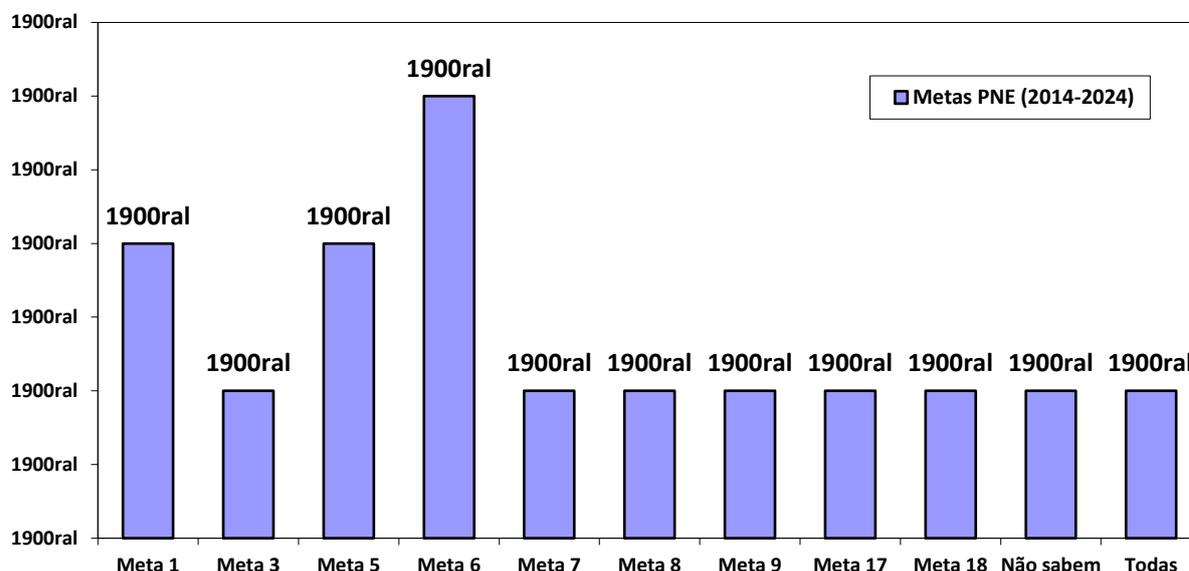
As respostas obtidas indicaram que a maioria conhece o PNE e o associa às metas e estratégia, seguido de plano, diretriz e objetivo. Percebemos que há um reducionismo do plano ao cumprimento de metas estabelecidas em função de prazos. Para outros, em número bem menor, o plano faz parte de um planejamento mais abrangente para toda a educação ao ser considerado como política de Estado. Tal entendimento revela que, embora as discussões estejam presentes nos espaços de formação, o documento não é compreendido como mecanismo de planejamento da política educacional no país.

Vale ressaltar que, conforme Azevedo (2014), o PNE é um instrumento de políticas públicas. Por ser expressão do planejamento, objetiva, também, o alcance de metas estabelecidas, mas, além disso, planejar significa selecionar diretrizes, estratégias, técnicas e modos de agir. Implica também em um processo de reflexão, debates e análise de opções que orientam as decisões a curto, médio e longo prazo, são meios de reagir a condições consideradas insatisfatórias e volta-se para a busca de mudanças na realidade social. Nas palavras da autora, é uma fotografia do momento, mas não pode ser considerado algo estático, mas como instrumento de reconstruções, redirecionamentos.

No desdobramento, buscamos saber qual (is) meta (s) do PNE os cursistas conheciam. As metas mais citadas foram:

Gráfico 02

Pergunta 2 - Quais as metas do PNE que você conhece?



Dentre as 20 metas do PNE, 9 foram citadas de forma direta, indicando o número, ou de forma indireta indicando o conteúdo, a etapa a qual se destina ou mesmo características gerais das estratégias. No que se refere ao princípio constitucional da universalização do atendimento escolar, enfoque dado durante o minicurso, destaca-se as metas 1 e 3. Em seu bojo, a meta 1 trata da universalização da etapa de Educação Infantil e a oferta de no mínimo 50% de crianças de zero a três anos, prevendo em suas estratégias a necessidade de relações intergovernamentais para sua concretização. Em relação às metas, questionamos:

quais os desafios que se apresentam para o alcance das metas?

Foi possível identificar que os cursistas compreendem enquanto desafios o assistencialismo enquanto uma ação desvinculada do educar, que está traz apenas a ideia do cuidado. Entretanto, sabemos que a relação desse cuidado precisa fazer parte do processo educativo das crianças pequenas. O financiamento, a garantia de permanência e aprendizagem, o atendimento e a oferta. Diante de todos esses pontos apresentados o financiamento se sobressai enquanto um recurso mantenedor da qualidade e da ampliação para o alcance de um quantitativo maior de crianças a ser atendida. Para, além disso, um cursista retratou que: *“compreendo os desafios para o cumprimento das metas do PNE estejam atreladas aos contextos sociais, econômicos e políticos que estão inseridos nas escolas municipais”* (C14).

Portanto, na pauta da meta 1, é perceptível que os desafios estão postos distanciando o que se espera da realidade emergente cotidianamente na vida das crianças. Assim Campos

(2013) ao discutir sobre qualidade que as desigualdades de oportunidade, o processo de acesso, de disputas e interesses implicam nesses contextos sociais, culturais e políticos que permeiam a educação infantil.

Em relação a meta 3 – Ensino Médio percebe-se um esforço dos entes federados em garantir a elevação dos índices dessa etapa. Alguns dos desafios foram apontados pelos cursistas, são eles: contexto político e econômico, reforma do Ensino Médio, garantir a permanência, infraestrutura, formação de professores, reformulação do currículo, financiamento, finalidade do ensino médio e evasão.

CONCLUSÃO/RESULTADOS

Percebemos que, embora a maioria dos cursistas demonstre conhecimento acerca de algumas metas, muitos dos relatos se relacionam às características gerais das metas ou às estratégias presentes em alguma das metas. Tal fato indica ainda haver uma confusão em relação à organização do plano, ou seja, não há clareza sobre o que é a meta e o que é estratégia.

Desse modo buscamos analisar o alcance das metas, após 4 anos de vigência, e os desafios apontados pelos cursistas para a sua efetivação. Ficou concluído que diante da conjuntura política e econômica atual, o PNE ainda precisa ser visto como um direcionador da qualidade que se pretende alcançar na educação, estando distante das escolas em nossa realidade local.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. São Paulo, Campinas, autores associados, 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Carlos. Severino, Antônio Joaquim. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024: compromissos, desafios e perspectivas**. São Paulo; 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71541061001>. Acesso em: 12 Mai. 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. 2014. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 12 Mai. 2018.

CAMPOS, Maria Malta. Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, nº 148, p. 22- 43, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2006.